



METROPOLE

SSA-BA

22 JUL 2021

WWW>JORNALDAMETROPOLE>COM>BR

Fundão do poço

57 BILHÕES

Congresso Nacional aprovou aumento do fundo eleitoral destinado aos partidos políticos. Em meio à pandemia e nítido empobrecimento geral da população, parlamentares poderão gastar cifras bilionárias para financiar suas campanhas. Págs. 4 e 5



O Fundão Eleitoral e a Mulher Negra Federal

James Martins

Na semana passada, o Congresso Nacional aprovou o aumento do chamado “fundão eleitoral” de 2 bilhões para 5,7 bilhões de reais. A medida é um soco na cara, um evidente deboche ante a população que se acostumou a ouvir, nos últimos tempos, termos como “sacrifício” e “austeridade” para justificar cortes orçamentários e restrições de todo tipo que alcançam desde desempregados até comerciantes e empresários. Foi por alegada falta de recursos, por exemplo, que o auxílio emergencial pago em razão da pandemia se viu reduzido de R\$ 600 para R\$ 250. É por suposta falta de recursos que não temos, entre outras coisas, um sistema de saúde que funcione de fato. E é esse mesmo país, esse mesmo povo, que assiste quase calado os seus representantes políticos hiper-inflacionarem o processo eleitoral que já é o mais caro do mundo.

Buscando colaborar com o processo democrático, entrevistamos na Rádio Metropole alguns dos deputados baianos que votaram favoravelmente ao aumento. O tucano Adolfo Viana, por exemplo, alegou que sua decisão em favor da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 trouxe no

bolo (como um corpo estranho e indesejável) a questão do fundão, mas que ele, particularmente, é contra o item específico e deve se posicionar assim quando for chegada a hora (a depender também da orientação partidária). Sim, a mim também soou como enrolação de político, o velho agá, migué — pra traduzir em bom baianês. Aquele tipo de enrolação que cabe a nós fiscalizar e ao qual já estamos acostumados. Já a explicação da republicana Tia Eron foi totalmente incompreensível e, ao mesmo tempo, bastante reveladora do que é e do que serão as discussões políticas no futuro próximo.

Para resumir, em determinado momento a parlamentar, que primeiramente confessou ter votado por disciplina partidária, disse que é favorável ao aumento do fundão eleitoral em nome de garantias políticas para “mais mulheres e mais negros”. E daí adiante passou a desenrolar um carretel de frases e expressões típicas da militância identitária com a qual, em princípio, ela nem se identifica. Ou não se identifica com ela. Até o 25 de julho, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha entrou na jogada. E o que para mim fica

cada vez mais evidente é que a substituição da discussão propriamente econômica por pautas de sexo, raça, credo e afins produziu uma geleia geral que mantém intacto o status quo do capital enquanto cria essa ilusão de inclusividade. E os bordões são tão simplistas e simplórios que qualquer um os pode bradar ou brandir.

Assim, tanto faz se mais de 80% de todas as transações financeiras do país são concentradas em apenas cinco bancos. E se esses bancos cobram os juros mais altos do mundo. O que importa é que na propaganda esse mesmo banco use mulheres negras, gordas, lésbicas e caribenhas. Tanto faz se a deputada vota pelo aumento exorbitante da grana pro sistema eleitoral que a sustenta, enquanto faltam recursos para fazer creches, por exemplo. Se ela é uma mulher negra, isso servirá de carteirada na hora de se explicar. E agora vem o pior, a mera proposta de rediscussão da linguagem da militância é de cara carimbada e vetada com um dos rótulos sempre à mão. Já estou esperando alguém dizer que sou ou fui racista e/ou machista. Sem medo e sem esperança, sigo aberto ao papo.

Publisher **Editora KSZ**
Diretor Executivo **Chico Kertész**
Editor-chefe **André Uzêda**
Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**
Redação **Alexandre Santos, Gabriel Amorim, Geovana Oliveira, Luciana Freire e Rodrigo Meneses**
Revisão **André Uzêda e Redação**

Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambúes CEP 41100-010
Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000



COMPLETE A PROTEÇÃO TOME A 2ª DOSE

Para vencermos a covid, não dá para se proteger pela metade. Por isso é fundamental tomar a 2ª dose para garantir toda a proteção que a vacina oferece. E, para que cada vez mais pessoas estejam protegidas, a Prefeitura vem antecipando a aplicação da 2ª dose. Fique atento à data da 2ª dose, que está marcada no seu cartão de vacinação, e aos avisos da Prefeitura, nas redes sociais.



R\$

5,7

BILHÕES

Texto Alexandre Santos

alexandre.santos@radiometropole.com.br

Em meio a uma crise sanitária que já soma quase 550 mil mortos, desemprego recorde e mais de 14,5 milhões de famílias na extrema pobreza, o Congresso aprovou um fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões. A cifra, destinada a bancar dos tradicionais santinhos a propagandas de rádio e TV, é quase o triplo dos R\$ 2 bilhões distribuídos nas eleições de 2018 e 2020.

O montante (sem descontar a inflação) representa ainda um incremento de 185% em relação ao quinhão ao qual os partidos abocanharam para as campanhas municipais do ano passado. Para efeito de comparação, o salário mínimo do trabalhador brasileiro deverá ter um incremento de 4,3% (sem ganho real) a partir de janeiro, quando sairá de R\$ 1.100 para R\$ 1.147.

Embora considerem o atual modelo de financiamento público de campanha um avanço, especialistas ouvidos pelo Jornal da Metropole veem com ressalvas as tentativas de congressistas de obterem vultosos valores do fundo eleitoral (leia texto ao lado).

Sem votação nominal, a apreciação do novo fundo foi atrelada à da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que

Aumento do fundo eleitoral é um tapa na cara dos brasileiros, vivendo empobrecimento com a pandemia, escassez de vacina e auxílio emergencial reduzido

O que daria para pagar com o valor do aumento do fundo?

R\$ 6,1 milhões de auxílios emergenciais de R\$ 600

R\$ 19,2 milhões de Bolsas Família de R\$ 192

73,7 milhões de doses da vacina Pfizer a R\$ 50,17

1,48 milhão de leitos de UTI/Covid com diária de R\$ 2.500

370 milhões de máscaras PFF2 no valor de R\$ 10

prevê um déficit de R\$ 170,47 bilhões no orçamento do próximo ano.

Na prática, quem votou a favor da LDO acabou votando pelo fundo. O deputado federal Juscelino Filho (DEM-MA), relator da proposta, foi o autor da emenda para turbinar o repasse.

Na Câmara dos Deputados, foram 278 votos favoráveis, 145 contrários e uma abstenção em sessão na última quinta-feira. No Senado, o placar ficou em 40 votos favoráveis e 33 contrários. O texto aguarda sanção ou veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Entre os parlamentares baianos, 18 deputados votaram pelo financiamento de campanha mais robusto. Treze se manifestaram contrariamente, enquanto oito não votaram. No Senado, dos três representantes baianos, apenas Angelo Coronel (PSD) endossou a ampliação do dinheiro.

PROMESSA DE VETO

Acuado pela CPI da Covid-19 e vendo a popularidade derreter a cada pes-

quisa, Bolsonaro sinalizou que deve vetar o aumento no fundo. “É uma cifra enorme, que no meu entender está sendo desperdiçada, caso ela seja sancionada. Posso adiantar para você que não será sancionada”, disse em entrevista à TV Brasil.

Em 2020, Bolsonaro sancionou o valor de R\$ 2 bilhões sob alegação de que poderia sofrer impeachment por crime de responsabilidade caso optasse pelo veto — o que foi refutado por especialistas. Dias depois, ele estimulou a campanha “Não vote em quem usa o fundão”.

Para que o presidente vete os R\$ 5,7 bilhões sem comprar briga com o centrão, a base do governo no Congresso propõe o envio de uma mensagem modificativa ao parlamento para alterar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e reduzir o valor destinado a campanhas eleitorais para um patamar próximo de R\$ 4 bilhões.

Em 2015, o STF declarou inconstitucional o repasse de empresas a partidos políticos. A decisão, contudo, não proíbe que pessoas físicas doem às campanhas. Pela lei, cada cidadão pode contribuir com até

10% do rendimento bruto declarado no ano anterior ao pleito.

O Fundo Eleitoral foi criado em 2017 pelas Leis nº 13.487 e 13.488, aprovadas pelo Congresso Nacional. O mecanismo tornou-se uma das principais fontes de receita para a realização das campanhas eleitorais.

Há também o Fundo Partidário, mais antigo, distribuído às siglas anualmente e composto por dotações orçamentárias da União, multas e penalidades pecuniárias de natureza eleitoral, doações de pessoas físicas depositadas diretamente nas contas dos partidos (aquelas específicas para o Fundo) e outros recursos que eventualmente forem atribuídos por lei.

Estudo do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), que reúne dados de 35 nações entre 2012 e 2020, aponta que o Brasil é o país que mais destina dinheiro público para partidos e campanhas políticas. Juntas, as siglas brasileiras recebem, em média, US\$ 446 milhões por ano (R\$ 2,2 bilhões) dos fundos eleitoral e partidário.

Cifra pode financiar mais fake news em campanha

Ao **Jornal da Metropole**, o cientista político Cláudio André diz aprovar o financiamento público eleitoral como forma de barrar a relação “espúria” que havia entre empresas e políticos. Ele relaciona o lobby por recursos cada vez maiores à profissionalização das campanhas. “Há um sentimento de que há que se aumentar o valor do fundo eleitoral para se ter campanhas com acesso a mais recursos”, avalia.

Para o cientista político Jorge Almeida, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um modelo justo seria um fundo bancado somente com a contribuição de filiados. “O valor que é distribuído aos partidos é algo muito exagerado”, diz. Em sua avalia-

ção, o direcionamento de mais recursos para campanhas aumentará o “marketing manipulativo”, fenômeno que existe há décadas mas que, conforme Almeida, encontrou nas fake news a sua pior versão. “As fake news tiraram a identidade de quem faz. A crítica ao outro é legítima, mas feita dentro dos limites razoáveis”, pontua.

Por sua vez, o professor Uallace Moreira, da Faculdade de Economia da Ufba, sugere que a discussão seja centrada nos limites impostos pelo teto de gastos — criado em 2016 pelo governo Temer. “O fundo eleitoral é um mecanismo legítimo da democracia, com a finalidade de evitar a cooptação dos partidos pelo financiamento privado de campanha. Nesse sentido, poderíamos ter o aumento de recursos sem retirar recursos da saúde e da Educação, e de nenhum outro setor essencial para o país”, analisa.





tacio moreira/metropress

Rui ministro?

Ao declarar que cumprirá até o último dia de mandato, o governador Rui Costa (PT) deixa claro o projeto político que priorizará em 2022: fazer do senador Jaques Wagner seu sucessor, repetindo exatamente a ação do seu padrinho político, quando, em 2014, o alçou ao Palácio de Ondina. Segundo aliados, ao abrir mão de concorrer a uma vaga no Senado, como sugere o vice João Leão (PP), Rui poderá até mesmo pavimentar caminho para ocupar um posto de ministro. A avaliação na base é que, Lula se elegendo em 2022, o baiano é nome certo para compor o primeiro escalão ministerial do petista.

Bellintanti pressionado

Pressionado diante dos últimos resultados do Bahia, Guilherme Bellintanti tem esfriado conversas com partidos que tentam atraí-lo para uma eventual composição nas eleições de 2022. O PDT é uma das legendas que já externaram o desejo no passe do dirigente, que chegou a ser reunir com Carlos Lupi, comandante nacional da sigla trabalhista. As conversas, segundo relatos da executiva estadual do partido, não evoluíram. Reduto do presidenciável Ciro Gomes, o PDT ensaia uma dobradinha com o DEM de ACM Neto, pré-candidato ao governo. Cotado para compor a chapa, Bellintanti aguarda um momento mais oportuno do Bahia em campo.



divulgação

Operação Janus se arrasta há 13 anos

Deflagrada pelo Ministério Público para apurar um esquema de venda sentenças no Judiciário baiano, a Operação Janus completará 13 anos no dia 8 de agosto. O saldo é o seguinte: 15 réus, 12 magistrados autodeclarados suspeitos para julgar o caso e nenhuma condenação ou absolvição. Semelhante à atual Operação Faroeste, a ação mira juízes e desembargadores suspeitos de se locupletarem por meio de decisões envolvendo litígios milionários. Após um longo período parado, o processo da Janus voltou a se movimentar nos últimos meses. Titular da 13ª Vara Criminal de Salvador, Alfredo Santos Couto foi o último juiz sorteado para assumir a condução do caso e abriu novo prazo para a apresentação das defesas. Todos os acusados negam participação no longo caso.

ACM na frente em primeira pesquisa

ACM Neto (DEM) figurou na dianteira da mais nova pesquisa sobre a corrida eleitoral do ano que vem. Segundo os números divulgados pelo instituto Real Data Big Time, o ex-prefeito soma 41% das intenções, contra 27% do senador Jaques Wagner (PT). Na sequência, aparecem João Roma (Republicanos), com 4%, e Hilton Coelho (PSOL), com 2%. Brancos e nulos somam 11%. Entre os entrevistados na amostragem estimulada (quando os candidatos são apresentados), 15% não souberam apontar um nome ou não responderam.



divulgação

OAB-BA e o impeachment

Instada por entidades da classe a apoiar o impeachment de Jair Bolsonaro, a OAB-BA se manifestará com toda a "coragem e independência". A fala é do advogado Fabrício de Castro Oliveira, presidente da entidade. Na última semana, ele recebeu uma carta em que juristas baianos cobram posição favorável da secção ao afastamento imediato do chefe do Executivo. Após o ato, Oliveira adiantou que qualquer deliberação será alinhada à decisão do Conselho Federal da categoria. O documento entregue à OAB-BA é uma síntese do superpedido de impeachment protocolado no mês passado na Câmara dos Deputados. Em quatro páginas, os signatários relembram o papel histórico da entidade no enfrentamento à ditadura, destacam a importância da garantia dos direitos e definem como "desastrosa" a gestão federal diante da pandemia.



Sem cuidado e nem administração responsável, terminal hidroviário de São Tomé de Paripe está com estrutura comprometida e é marcado pela desorganização



Texto Rodrigo Meneses
redação@metro1.com.br

Quem chega no atracadouro de São Tomé de Paripe se sente no cenário de um filme de terror. É de lá que partem as embarcações para a Ilha de Maré, um dos destinos turísticos da Baía de Todos os Santos. O abandono se explica porque o terminal está sem administração há três anos. A última empresa começou a operar em julho de 2018, mas desistiu do contrato em novembro do mesmo ano.

O resultado disso é a falta de conservação da estrutura e a desorganização. Não existem horários fixos para as viagens nem bilheteria. Os barcos partem quando atingem a lotação. Nos últimos cinco anos, a maior parte das viagens é feita em pequenas embarcações de fibra, com um formato semelhante ao de uma canoa, que zarpam da praia com lotação mínima de oito passageiros. A passagem custa R\$ 7 e é paga diretamente ao condutor.

Três barcos maiores com capacidade

para 38 pessoas, em média, ficam atacadados na ponte e demoram mais tempo para atingir a lotação. A alternativa é pegar as canoas motorizadas na beira da praia e molhar as pernas no embarque. Quem não puder esperar a lotação, o que pode levar horas, tem a opção de fretar uma canoa e pagar R\$ 50, em média.

Sem administração no terminal, os próprios barqueiros se ajeitam na fila. “A organização é de quem chega primeiro. Tem colega que vem duas horas da manhã para ser o primeiro da fila. Aí chega outra pessoa, 7 horas, e quer passar na frente. Às vezes tem confusão”, conta o canoeiro Silvan Soledade.

Para ele, a solução é uma empresa administrar o terminal e vender os bilhetes. Silvan ainda cobra a instalação de um píer flutuante na ponte, promessa feita aos canoeiros e que seria a solução para o embarque mais confortável dos passageiros.

Pedro Henrique é dono de barco e também se queixa das dificuldades. “Muitas pessoas acabam pegando a canoa, que en-

che mais rápido. O custo é muito alto para manter a minha embarcação que tem capacidade para 40 pessoas. Não contamos com ajuda de ninguém para garantir esse transporte para Ilha de Maré”, afirma.

REFORMA

A Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra) informa que já contratou uma empresa para recuperar o Atracadouro de São Tomé de Paripe. A ordem de serviço para dar início às obras será assinada em agosto e a previsão de conclusão dos trabalhos é de seis meses.

A pasta ainda informa que será feita a requalificação estrutural do píer, do terminal de passageiros e do guarda-corpo. Não há previsão para construção do píer flutuante. Após a conclusão da obra, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) fará a concessão do terminal para uma empresa privada administrar.

Luta por terra

Lideranças indígenas temem aprovação de PL que estabelece novo marco temporal para demarcação

Texto Geovana Oliveira

geovana.oliveira@radiometropole.com.br

“Nós, Tupinambás, estamos no território há 521 anos, desde que chegaram e nos encontraram aqui. Eles que começaram a querer nos expulsar”, afirma o cacique Sival Susuarana, liderança indígena da cidade de Olivença, no sul da Bahia.

O desabafo é feito em resposta a um questionamento que pode começar a definir o futuro dos povos originários no Brasil. O Projeto de Lei 490/2007, aprovado em junho pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, estabelece um marco temporal para que sejam demarcadas somente as áreas ocupadas pelos indígenas até o dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição.

Até o momento, na Bahia, a Fundação Nacional do Índio (Funai) reconhece 30 terras indígenas de diferentes etnias, das quais pelo menos 12 não são oficialmente demarcadas. A terra Tupinambá de Olivença, por exemplo, que abrange as cidades de Una, Ilhéus e Buerarema — a terceira maior em espaço do estado — está delimitada pelo

órgão, mas não foi regularizada.

Segundo o tupinambá Cláudio Magalhães, primeiro vereador indígena eleito em Ilhéus, o PL 490, apelidado pelas lideranças de “PL da morte”, abre as fronteiras das terras indígenas a mineradores e ao agronegócio. “Nós temos mais de 100 terras Tupinambás em todo o Brasil ainda em processo de demarcação”, explica.

De acordo com ele, outro problema é que a maior parte das terras estão em processo de reintegração de posse. O que, segundo o Cacique Sival, geraria um conflito sem precedentes caso o PL seja aprovado. A disputa é antiga entre indígenas e agricultores no sul da Bahia.

“Da última vez que cumpriram o mandado de reintegração, em 2014, desceu o exército aqui [Tupinambá de Olivença] e cerca de 30 lideranças morreram”, conta.

O coordenador do movimento Unidos dos povos e organizações indígenas da Bahia (Mupoiba), Agnaldo Pataxó Hã Hã Hã, afirma que não existe a hipótese de aceitar o projeto de lei. “O valor que as terras têm para a gente não é valor econômico, é valor cultural, de vida. Sem a terra não há vida”, diz.

Relator diz que 13% de terra é suficiente para indígenas

O relator do PL está confiante em relação à sua aprovação no plenário da Câmara. O deputado baiano Arthur Maia (DEM) defende o marco temporal como uma forma de estabelecer uma “segurança jurídica” no Brasil. Os outros dois deputados baianos da CCJ — Claudio Cajado (PP) e Paulo Magalhães (PSD) — também votaram a favor do projeto, que foi aprovado no dia 23 de junho, por 41 votos a 20.

Agora o PL segue para votação no Plenário da Câmara. Além do marco temporal, o projeto coloca nas mãos do Congresso, dos estados e municípios o processo de demarcação. Atualmente, a lei prevê que para demarcar uma área é necessária a abertura de um processo administrativo na Funai. Arthur Maia afirma que há um “sectarismo ideológico de alguns da Funai” e defende que o PL facilita a demarcação por estabelecer critérios para definir o que de fato é uma terra indígena dentro da lei. Ao mesmo tempo, o deputado diz que acha “mais do que suficiente” que 13% do território brasileiro pertença aos indígenas.

“Mais de 80% da biodiversidade do mundo está dentro das terras indígenas e sabemos que se não houver demarcação, haverá um aumento do desmatamento”, diz o advogado Dinamam Tuxá.

BAHIA

METROPOLE



Responsável Técnico:
Dra. Silvânia Rocha

CROBA - 14011

CURSOS DE REFERÊNCIA

para você!



INSCRIÇÕES ABERTAS

srcursos.com.br
71 9 9684 - 9438

SR
CURSOS

Curso
VIP



Quando as escolas voltam?

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

Um dos caminhos mais fáceis para atrair haters em redes sociais é escrever qualquer coisa em uma delas defendendo alguma forma de retorno às aulas presenciais. A desqualificação moral, social, econômica e intelectual, associada a xingamentos e ofensas, é apenas a portinha de boas-vindas na discussão. É linchamento digital e cancelamento certos. Na loteria involuntária dos prejuízos causados no mundo pela pandemia, ninguém pode dizer que não tem consciência do quanto a parte que coube às crianças foi gigantesca. Nada, nenhum benefício futuro, preencherá os buracos gerados por um ano e meio - se tudo der certo daqui para a frente - na vida das crianças. Das mais pobres então, nem é buraco. É uma erosão ampla e profunda.

Quando se fala em crianças e Covid, o primeiro fenômeno que aparece como comum a todas elas é o fechamento das escolas, a suspensão das aulas presenciais. Embora com prejuízos e longe de conseguirem resultados de excelência, as escolas privadas tentaram se adaptar ao ensino remoto, graças à possibilidade do setor e das famílias de adotarem equipamentos, tecnologia e redes de conexão para manter as aulas. Mas e quanto às crianças das escolas públicas e as mais pobres entre elas? Não há tablet, não há celular, não há conexão, não há parentes em casa para apoio pedagógico mínimo. Da parte das escolas, em boa parte dos estados brasileiros não houve oferta de serviços capazes de atender os alunos ou equipar e treinar professores.

Com as dimensões continentais que tem, o Brasil é heterogêneo em tudo, inclusive na

infraestrutura dos estados e das políticas públicas garantidas na rede pública de ensino. Na Bahia, um ano e quatro meses depois do fechamento das escolas, o retorno presencial às aulas se transformou num debate em que críticas, ofensas e desqualificação substituíram argumentos racionais. No caso de muitas famílias, entram em cena, claro, razões subjetivas e especificidades que merecem todo o respeito do mundo, mas convenhamos: não há possibilidade de atender determinadas reivindicações, pois elas são, em síntese, estudos de caso.

É claro que determinadas e específicas circunstâncias de familiares, de professores ou de alunos, que os deixam mais vulneráveis ao contágio e aos riscos de agravamento, interferem na aprovação ou reprovação da retomada das aulas presenciais. Mas, a essa altura da pandemia, das experiências testadas no mundo, dos avanços e recuos em uma série de serviços, a única coisa possível de saber é que não haverá tão cedo consenso sobre a volta às aulas. Em nenhum lugar do mundo será possível levar em conta as especificidades de cada família ou até de cada escola, em termos físicos, para reabrir as salas de aulas.

LADAINHA

É difícil falar disso sem grudar em si um alvo de haters, mas quem aí tem argumentos capazes de convencer um país de que é da ordem do aceitável testar a volta de tudo, menos das escolas? E, antes de xingar quem faz a pergunta, conte até 10 e veja se você não está falando de especificidades ou se, na vida real, não tem feito com sua vida uma série

de coisas mais potencialmente arriscadas, em se tratando do vírus, do que dar uma aula presencial ou mandar crianças e jovens de sua família para a escola. Entre os posts inflados de ativismo e de certezas irrevogáveis nas redes e a vida no chão da rua, às vezes, há um grand canyon. E a melhor forma de impor seu ponto de vista único como a coisa mais óbvia parida pelos deuses todos e encerrar um debate é a ladainha do 'você é burra, uma privilegiada de merda, gado anencéfalo ou vá você ou mande sua mãe'.

Observando-se a briga que se espalha pela imprensa e pelas redes, entre pais, professores, governantes e especialistas, a impressão que fica por ora é a de que, se prevalecer a posição dos contrários à volta às aulas, as crianças continuarão em casa por longos meses. Que tal para sempre? O que não faltam são projetos de parlamentares reacionários propondo a legalidade de pais educarem seus filhos em casa e como bem quiserem. O nome da coisa é lindo: homeschooling. O efeito? Vá lá saber.

O vírus não parou de circular, ninguém sabe como essa tragédia termina, por quanto tempo a imunização vai valer, nem como será a briga entre diferentes vacinas e diferentes variáveis do vírus. Mas se tudo, tudo, já ensaiou alguma possibilidade de retomada, quem pode determinar que ainda não dá para exercitar algum tipo de retomada das aulas? Quem serão os iluminados que terão a primazia exclusiva de definir quando será o agora quanto à educação de crianças e adolescentes que já atrasaram tanto a vida? Aos cinco anos, aos 10, aos 14, dois anos não são apenas dois anos.



Um adolescente irritante

Jornal da Metropole completa 13 anos com inovação no envio digital e mantendo o espírito provocativo e rebelde próprio da idade

Texto Gabriel Amorim

gabriel.amorim@radiometropole.com.br

Basta enviar a palavra “jornal” para o WhatsApp da **Rádio Metropole (71-98155-3258)** e receber, toda quinta-feira de manhã, este jornal que você está lendo agora.

Se as reportagens estão a um clique de distância, a história do **Jornal da Metropole** já tem quilômetros de estrada. Há 13 anos, mais precisamente no dia 18 de julho de 2008, a edição número 1 vinha ao mundo.

Ao longo de 646 publicações, o jornal cresceu, discutiu e apresentou os mais importantes assuntos de Salvador, da Bahia, do Brasil e do mundo.

A intenção do agora adolescente sempre foi seguir a orientação da família, o **Grupo Metropole**: dar, mas não se vender. E incomodar aqueles que estejam incomodando. “O Jornal da Metropole nasce com o fim da Revista Metropole, nosso primeiro projeto impresso, que morreu engasgado com o seu papel caro

e sua mania de se dar de graça às pessoas. O jornal resolveu essa equação. E supriu essa lacuna da nossa identidade em um veículo impresso”, explica Chico Kertész, diretor executivo do grupo.

A mais recente novidade foi a renovação de todo o projeto gráfico do jornal, que aconteceu na edição de 29 de abril deste ano. O jornal manteve o conteúdo informativo e ganhou uma diagramação mais leve e objetiva.

A inovação é uma marca própria do JM. “Somos pioneiros nesse uso do WhatsApp dentre os veículos de rádio. Desde o início da pandemia, com as pessoas sem sair de casa, acabou se tornando uma ferramenta importante”, conta Marcos Meira, consultor chefe de tecnologia do **Grupo Metropole**. O crescimento nos dois últimos meses foi de 153%. A cada nova edição do jornal, uma média de 400 exemplares digitais são baixados via WhatsApp.



18.07.2008

1ª edição do Jornal da Metropole



9.11.2012

Jornal acompanha denúncias contra o ex-prefeito João Henrique



14.04.2016

Jornal denuncia máfias dos alvarás dos táxis em Salvador



16.05.2019

Cobertura da canonização de Santa Dulce dos Pobres



27.05.2021

Capa sobre tolerância religiosa já no novo projeto gráfico



Parabéns, Jornal da Metropole.

Hoje tem uma notícia que merece destaque especial: o **Jornal da Metropole completa 13 anos.**

A Hapvida parabeniza os que trazem notícias de todo o estado, do Brasil e do mundo com credibilidade e imparcialidade. Desejamos um feliz aniversário com alegria, carinho e saúde para toda a equipe.

18/07, aniversário do Jornal da Metropole.

hapvida.com.br

[f hapvida.saude](https://www.facebook.com/hapvida.saude) [i hapvidasaude](https://www.instagram.com/hapvidasaude)

 **hapvida**
saúde pra valer

Tem dandê no molho shoyu

Dez baianos, de diferentes modalidades, participam das Olimpíadas de Tóquio, que começam nesta sexta. Confira as chances de medalha de cada um e faça sua torcida

Texto Luciana Freire
luciana.santana@metro1.com.br

Estamos na semana da abertura das Olimpíadas de Tóquio, no Japão, e se você ainda não está ligado, este é o momento de conhecer os representantes do nosso país na competição.

Motivo de orgulho, a lista é grande. Por isso, o **Jornal da Metropole** fez uma seleção, e, dentre eles, destacou os dez atletas baianos que disputam os Jogos.

Mas, antes de apresentá-los, vamos às informações importantes. A 32ª edição dos Jogos Olímpicos deveria ter sido realizada em 2020, no entanto, a pandemia da Covid-19 forçou o Comitê Olímpico a adiar o evento. O Japão teve um início de pandemia controlado e investiu pesado nas medidas restritivas, pensando na realização do evento. Ainda assim, não foi suficiente.

Com a alta taxa de transmissão e a falta de perspectiva de uma campanha de imunização, o evento só terá início agora, um ano depois da data programada. O vírus está bem monitorado na região. Há um

protocolo rígido com os atletas, calculando o distanciamento e também exigindo testes para Covid — dois antes de embarcar e um após a chegada no país —, além, é claro, do uso obrigatório de máscara.

Para o público também não há moleza, apenas residentes do Japão poderão assistir aos Jogos, com limite de pessoas nos espaços. Os cuidados se mostram necessários. A presidente do Comitê Organizador das Olimpíadas, Seiko Hashimoto, afirmou na última terça que há cerca de 80 casos de coronavírus em pessoas relacionadas ao evento. Desses, 31 são dos 20 mil estrangeiros que chegaram ao país nos últimos dias.

NOSSOS BAIANOS

Os representantes baianos chegaram ao Japão nessa leva, há pouco tempo, todos com teste negativo para a Covid-19.

Hospedados na Vila Olímpica, agora já não podem dar entrevistas, além das coletivas previamente marcadas.

Antes de viajar, o medalhista de bron-



FORMIGA, 43 anos (Salvador)
 Futebol feminino. Disputa sétima Olimpíada (1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016).
 Chances: candidata ao pódio.

ze e prata da canoagem nos jogos do Rio 2016, Isaquias Queiroz, favorito ao pódio na capital japonesa, afirmou que vai “batalhar para conquistar as duas medalhas de ouro”.

A sua esposa, Laina Guimarães, contou ao **Jornal da Metropole** que neste momento Isaquias está na ilha japonesa de Miyagi. “Ele se sente bastante preparado, bastante confiante. Acredito que dessa vez chega o ouro. Ele não aceita menos que isso”, disse Laina.

Quem também conversou com nossa reportagem foi a irmã do pugilista Hebert Conceição.

Nayrã diz que tem tido pouco contato com o irmão por causa do fuso horário e também porque ele está concentrado no torneio. “Hebert diz que vai trazer a medalha de qualquer jeito. Ele sempre foi muito obstinado. A família está a milhão, todos muito ansiosos e confiantes, principalmente minha mãe, a torcedora número 1. Queremos que ele volte logo com a medalha para acabar com esse nervosismo”, brinca.



divulgação/cob

ANA MARCELA CUNHA, 30 ANOS (SALVADOR) Maratona Aquática. Terceira Olimpíada (2012 e 2016). Chances de medalha: pódio.



divulgação/cob

BIA FERREIRA, 28 ANOS (SALVADOR) Boxe Feminino. Estreante. Chances de medalhas: candidata ao pódio.



reprodução

BRENO CORREIA, 20 ANOS (SALVADOR) Natação. Estreante. Chances de medalhas: pode surpreender.



divulgação/cbf

DANIEL ALVES, 38 ANOS (JUAZEIRO) Futebol masculino. Estreante. Chances de medalha: candidato ao pódio



reprodução/instagram

JACKY GODMANN, 22 ANOS (ITACARE) Canoagem. Estreante. Chances de medalha: pode surpreender.



divulgação/cbf

RAFAELLE SOUZA, 30 ANOS (CIPO) Futebol Feminino. Segunda Olimpíada (2016). Chances de medalhas: candidata ao pódio.



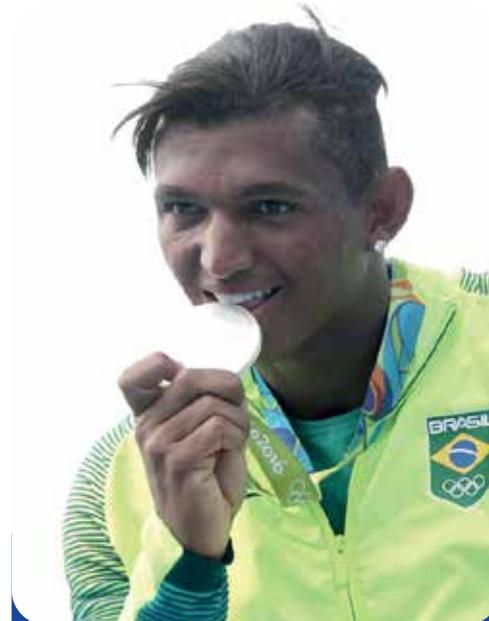
divulgação/cob

KENO MARLEY, 21 ANOS (SAPEAÇU) Boxe Masculino. Estreante. Chances de medalhas: candidato ao pódio.



divulgação/cob

HEBERT CONCEIÇÃO, 23 ANOS (SALVADOR) Boxe. Estreante. Chances de medalhas: pode surpreender.



divulgação/cob

ISAQUIAS QUEIROZ, 30 ANOS (UBAITABA) Modalidade: Canoagem. Segunda Olimpíada (2016). Chance: favorito ao pódio.

ESPORTES



METROPOLE

ENTREVISTA

Gilberto Kassab

PRESIDENTE NACIONAL DO PSD

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, sugeriu que o senador Otto Alencar seja melhor aproveitado na montagem da chapa da Bahia para as eleições de 2022.

Rasgando elogios ao correligionário, em entrevista a José Eduardo, na **Rádio Metropole**, Kassab disse que Otto é um “quadro que não pode ser dispensado por ninguém”, e o nomeou de “um leão pela Bahia”.

“Otto só não foi ministro porque não quis. Quando o PSD recebeu a indicação do minsitério [no governo Dilma], oferecemos ao Otto e ele não quis naquele momento. Ele só não é presidente do nosso partido porque quis voltar suas energias para outras ações. Percebo no Otto uma paixão pela vida pública. Não vai deixar de servir à Bahia jamais. Ele já foi vice-governador antes, então acho que esse cargo não está compatível com as realizações dele. É um dos melhores senadores que a Bahia já teve nos últimos tempos, ou mesmo na sua história. É um excelente quadro”, disse.

PACHECO

O ex-prefeito de São Paulo também defendeu uma terceira via nas eleições presidenciais e que o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), seja candidato ao Planalto, pela sua legenda.

“Eu acho fundamental a terceira via. Os dois candidatos que estão à frente das pesquisas [Lula e Bolsonaro] afastam a ideia da terceira via. Mas tem chance sim. Pacheco é uma renovação muito grande. Um advogado muito bem sucedido, ainda jovem, mostrou que tem talento para a vida pública, mostrou que sabe conversar com eleitor. Tem boa formação, moral, ética, profissional. E expressa a renovação”, pontuou.

BAGUNÇA

Kassab ainda criticou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na condução da pandemia.

“Ele deveria dar um exemplo maior. Muitos falam que os recursos federais foram distribuídos, mas nada adianta se o presidente não dá o exemplo. Não usa máscara, se aglomera, não respeita os protocolos. Pra ser generoso com o governo: essa gestão é uma verdadeira bagunça”, disse.



lacio moreira/metropress

Otto é um dos melhores senadores que a Bahia já teve nos últimos tempos

ENTREVISTA

Eduardo Leite

GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL (PSDB)



Pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB e governador em primeiro mandato no Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, 36 anos, se declarou contrário ao sistema da reeleição. Tomando como exemplo sua própria trajetória política, lembrou que, quando foi prefeito de Pelotas, no interior gaúcho, não tentou disputar um segundo mandato.

“Não concorri à reeleição como prefeito, não concorrerei como governador e, se estiver no meu destino a Presidência da República, também não concorrerei à reeleição”, disse, em entrevista a Mário Kertész, na Rádio Metropole.

A reeleição no Brasil foi instituída em 1998, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, presidente de honra do PSDB, partido de Leite. Crítico da polarização entre Jair Bolsonaro (sem partido) e Lula (PT), Leite disse acreditar nos tucanos como terceira via para governar o Brasil.

“O PSDB é o partido que olha para a economia, mas de outro lado tem uma visão social, inclusiva, de respeito à diversidade, de programas sociais que ajudem a população mais vulnerável”, pontuou.

PRIVATIZAÇÃO

Leite também defendeu uma política de privatizações e disse que, dessa forma, conseguiu recuperar a máquina pública no Rio Grande do Sul, herdada, segundo ele, com muitos problemas.

“Eu sempre digo que não existe solução simpática para a situação dramática que o estado do Rio Grande Sul vivia. Agora, com o programa de privatizações que estamos fazendo, vamos buscar gerar renda que vai virar investimento em estradas, infraestrutura. Tenho muito orgulho de dizer que estamos virando o jogo”, disse.

ARREPENDIDO DO VOTO

O tucano se disse ainda pessoalmente arrependido de ter votado em Bolsonaro, em 2018, embora, segundo ele, não tenha dado apoio público ao ex-capitão do exército.

“Infelizmente foi um erro aquele voto, como foi um erro para milhões de brasileiro. Mas não dei apoio ao Bolsonaro. Apoio é fazer campanha junto, pedir votos, defender uma candidatura. E isso eu não fiz, em absoluto. Eu não juntei meu sobrenome ao do Bolsonaro, como fez meu adversário no Rio Grande do Sul. Eu não fiz nada de campanha, mas declarei como cidadão qual seria o meu voto. Reconheço que acabei menosprezando a capacidade do presidente Bolsonaro de fazer o mal, de forma até cruel”, disse.

ENTREVISTAS



METROPOLE

AULAS PRESENCIAIS DA REDE ESTADUAL

ESTUDANTE PRESENTE, EDUCAÇÃO MAIS FORTE.

Vai começar o ensino presencial da Rede Estadual:

**DIA 26 DE JULHO DO ENSINO MÉDIO E
9 DE AGOSTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Nossos jovens terão metade da semana com aulas na escola e metade em casa. No dia em que os estudantes não estiverem na escola, as aulas serão remotas, de casa.

O Governo do Estado esperou a hora certa para dar esse passo: os casos de covid caíram, a vacinação avança e o ambiente está mais seguro para os jovens, familiares e profissionais da educação, sempre seguindo todos os protocolos de segurança.

Procure a sua escola se tiver dúvidas, use máscara e mantenha distanciamento.

Porque aqui tem Governo tamanho G,
que cuida de gente.

SEGUNDA, QUARTA E SEXTA,

aulas presenciais para
nomes iniciados de "A" a "I"

TERÇA, QUINTA E SÁBADO,

aulas presenciais para
nomes iniciados de "J" a "Z"

A cada semana, os dois
grupos trocam os dias
da aula presencial.

